

## Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

### Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo dependente

## CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

RAYSSA KÉSSIA EUGÊNIA RODRIGUES<sup>1</sup>

### RESUMO:

A inserção dependente tem implicações diretas na questão social. Diante disso, o presente artigo busca apreender a relação entre a questão social e a dependência no Brasil. A pesquisa recorreu ao método crítico por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Por fim, indica que o agravamento da questão social se evidencia na desigualdade social expressa na configuração do mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Questão Social; Capitalismo dependente; Desigualdade social; Mercado de trabalho.

### ABSTRACT:

Dependent insertion has direct implications for the social issue. In view of this, this article seeks to understand the relationship between the social issue and dependency in Brazil. The research used the critical method through bibliographic and documentary research. Finally, it indicates that the worsening of the social issue is evident in the social inequality expressed in the configuration of the labor market.

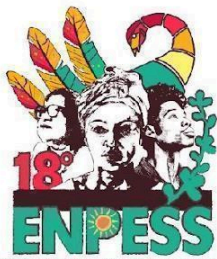
**Keywords:** Social Issue; Dependent Capitalism; Social Inequality; Labor Market.

## 1. INTRODUÇÃO

É inegável a importância de apresentar o debate sobre a questão social no Brasil, para tal um dos elementos chaves é o entendimento conjuntural das particularidades do Modo de Produção Capitalista (MPC). Na teoria política crítica, fundamentalmente por meio dos escritos de Marx, encontramos alguns elementos para apreender as bases nas quais se assenta essa forma

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de sociabilidade. No estudo empreendido na obra *O capital*, Marx (2017) indica a necessidade de iniciar a investigação sobre o MPC a partir da mercadoria, pois, entende a apreensão das categorias mais simples permite que se conheça as categorias mais complexas. Partindo do estudo da mercadoria, Marx identifica que a mercadoria é composta por valor de uso e valor de troca, mas não apenas isso, o autor identifica que o MPC está orientado para priorização absoluta da produção de valores de troca; isso significa que a produção capitalista visa satisfazer as necessidades de valorização do capital e o imperativo do lucro, e não o atendimento das necessidades sociais.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a recuperar o debate sobre a questão social indicando suas particularidades no capitalismo dependente brasileiro. Partimos do entendimento que a questão social é resultante e inerente a dinâmica da acumulação capitalista, assim, tal sociedade é marcada pelo antagonismo entre a produção da riqueza e sua concentração nos bolsões de um quantitativo reduzido de capitalistas. Em termos metodológicos recorreremos ao método crítico dialético, tendo como aporte os procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental.

Em um primeiro momento, recupera-se os fundamentos teóricos e sócio-históricos para a apreensão do capitalismo dependente brasileiro a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD). No segundo momento, apresenta-se a relação entre a questão social e a dependência, a partir da análise da configuração do mercado de trabalho brasileiro. Por fim, evidencia-se a relação entre a dependência e a questão social e suas expressões no mercado de trabalho brasileiro.

## **2. ELEMENTOS TEÓRICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Nos interessa conhecer a particularidade dos países dependentes, especificadamente do Brasil – inicialmente inserido na economia mundial como colônia dos países europeus. Nesse processo, os territórios dos povos originários foram invadidos pelos colonizadores, o que levou ao genocídio desses povos e da sua cultura. Soma-se a isso, o tráfico da força de trabalho negra escravizada que passou a adentrar massivamente no Brasil. Essa herança de mais de três

séculos de trabalho escravo se perpetua na atualidade a partir do racismo que marca as relações sociais.

No Brasil, Fernandes (2008) avalia que a revolução burguesa não apresentou rupturas com a ordem escravista, pois, a ausência de uma burguesia revolucionária combinada as transformações no âmbito da burguesia agrária (aristocracia senhorial) levaram a um processo de continuidades e rupturas com a antiga ordem senhorial. Diante disso, destacamos que a burguesia agrária objetivando manter seus privilégios buscou adequar-se às novas demandas colocadas pela conjuntura do capitalismo nascente.

As raízes da questão social podem ser encontradas no bojo das transformações impostas pelo capitalismo, mas são tensionadas pelo racismo – desse modo, Lara e Maranhão (2019) afirmam que a questão social no Brasil é alimentada pela herança colonial e escravista.

A América Latina foi inserida no âmbito da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) de forma subordinada e condicionada aos ditames do mercado mundial, como uma expressão de continuidades e rupturas com os vícios da colonização. Contudo, a situação colonial e a atual inserção dependente são distintas – essas distinções tem como âmago a transição para o Modo de Produção Capitalista (MPC). Com o fim da colonização, dirigida pelas potências imperiais, a deflagração da *chamada* independência política não foi acompanhada pelo rompimento da dependência econômica e social dos países latino-americanos. Daí resultam elementos fundamentais para apreendermos a relação entre a inserção tardia desses países na DIT e a reprodução das novas relações de dependência.

Os setores agroexportadores foram os principais beneficiários das relações de tipo escravista, pois, as *plantations* foram construídas com a utilização de mão-de-obra escrava. E a posterior abolição da escravidão não significou o rompimento total com as características da exploração violenta e desumanizadora que marcaram a colonização. No final do século XIX, como resultado da pressão exercida pela Inglaterra, interessada em manter suas relações comerciais com o Brasil, e o acirramento das tensões provenientes da luta em torno da abolição, construído por negros/as e indígenas escravizados/as, foram regulamentadas um conjunto normativo-legal relacionadas à abolição do trabalho escravo no Brasil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Contudo, processos como a tentativa de embranquecimento da nação<sup>2</sup>, no início do século XX, demonstram que a opção política dos governantes foi pautada pelo incentivo da imigração de trabalhadores europeus, por meio da concessão de terras e oportunidades no mercado de trabalho. No revés, os/as trabalhadores/as negros/as foram lançados à própria sorte, passando a ocupar postos de trabalho insalubres e mal remunerados. Aliado a isso, a inserção dependente do Brasil no âmbito da economia mundial levou a construção de formas de superexploração dos/as trabalhadores/as que afetam diretamente a população negra.

O surgimento e crescimento da indústria moderna nos países centrais foi, e continua sendo, impensável sem a configuração existente a partir da inserção dos países dependentes no mercado mundial. A especialização dos países dependentes na produção e exportação de matérias-primas e outros produtos agrícolas forneceu os elementos essenciais para a **especialização produtiva nos países centrais**.

A inserção dos países latino-americanos no mercado mundial influiu decisivamente na configuração da econômica mundial, para Marini (2017) a deteriorização dos termos de troca se constituiu como um dos pilares da reprodução econômica do capitalismo em nível global. Conforme afirma Marini (2017, p. 330), historicamente, “o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas tem sido acompanhado da queda dos preços desses produtos em relação ao preço alcançado pelas manufaturas”, o autor prossegue afirmando que “a deteriorização dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários”.

A depreciação dos bens primários não é resultado direto do incremento na produtividade, que poderia possibilitar drásticas reduções do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, mas da lógica da acumulação capitalista que opera em sentido inverso – na qual o desenvolvimento das forças produtivas aparece como um catalisador e maximizador dos lucros – possibilitando aos países centrais, detentores da mais avançada e moderna tecnologia, um lucro extraordinário.

Esse último é consolidado na dinâmica da DIT, pois, os países dependentes absorvem lentamente o desenvolvimento tecnológico (dada a ausência de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a dependência de capitais internacionais, entre outros), isso garante que os capitalistas dos países centrais possam vender suas mercadorias pelo preço médio, dado pelo

---

<sup>2</sup> Que buscava fundamento nas políticas eugenistas – pautadas numa suposta superioridade genética dos indivíduos brancos. A eugenia influenciou a construção de políticas voltadas ao embranquecimento populacional e embasou a propagação do racismo em suas formas mais perversas. Na atualidade, as pesquisas científicas, especialmente no âmbito genético, refutam e denunciam o racismo que orientou a construção da “eugenia” e as implicações decorrentes de sua difusão, que reforçou a alimentou a estrutura discriminatória e racista.

tempo de trabalho socialmente necessário, mesmo que na sua produção tal mercadoria tenha seus custos reduzidos pelo uso da tecnologia.

Em relação a América Latina, Marini (2017, p. 328) acrescenta que:

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que **o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa**, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador.

Desse modo, no âmbito do comércio internacional, Marini (2017) identifica a existência de **formas de intercâmbio desiguais** que podem ser identificadas em (1) distintos ramos de produção ou nas (2) relações entre as diferentes nações. No primeiro caso, as empresas que acessam rapidamente as inovações tecnológicas são mais competitivas, pois, o uso de tecnologias inovadoras permite a intensificação do trabalho, sem aumento da jornada de trabalho, resultando no incremento da produção em um tempo inferior ao tempo médio necessário a produção de determinada mercadoria. No âmbito da troca, o aporte tecnológico permite que essas mercadorias, produzidas em escala massiva, sejam vendidas em preços competitivos no mercado – contudo, elas foram produzidas em um tempo de trabalho a baixo da média, mas na troca equiparam-se as demais, permitindo que alguns capitalistas se apropriem de lucros extraordinários.

Nas relações entre as diferentes nações, as trocas de mercadorias também são balizadas por formas de intercâmbio desiguais. A especialização produtiva aperfeiçoou esse mecanismo fundado na DIT, ao forjar condições nas quais alguns países passaram a concentrar o monopólio sobre técnicas, conhecimentos científicos e tecnologias.

Na contemporaneidade, o sistema de patentes é o principal reflexo dessa concentração tecnológica. Além disso, podemos afirmar que os parques investimentos em educação, ciência e tecnologia permitem pouca mobilidade aos países latino-americanos<sup>3</sup>. Diante da ofensiva neoliberal as amarras da dependência são reforçadas, pois, os Estados dependentes são orientados a direcionar seus recursos na oferta da educação básica, ao passo que a educação superior, pesquisa, ciência e tecnologia passam, progressivamente, a serem ofertadas via mercado (trataremos dessa temática mais adiante).

<sup>3</sup> No Brasil, a fuga de cérebros é uma das principais expressões desse processo. Ver: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51110626>> Acesso em 22 de Set. de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

As duas modalidades, apresentadas acima, – as relações entre os distintos setores de produção e as diferentes nações – integram a deteriorização dos termos de troca que garantem que uma massa de **mais-valia extraordinária seja** apropriada pelos capitalistas dos países centrais, alterando a distribuição geral da mais-valia.

Para Marini (2017), a posterior socialização das tecnologias resulta na tendência de equiparação do tempo médio necessário para a produção das mercadorias e implica numa tendência decrescente no valor das mercadorias. Contudo, no período que antecede essa socialização, a concorrência entre os capitais garante vantagens aos capitais que acessam de forma privilegiada as técnicas e tecnologias modernas que permitem o aumento da produtividade<sup>4</sup>, bem como ampliam sua margem de lucros.

Diante disso, para Marini (2017), na particularidade latino-americana, dada a ausência de incremento tecnológico, os capitais internos são cronicamente incapazes de competir internacionalmente em condições de igualdade; por isso, afirma Marini (2017) recorrem a superexploração da força de trabalho, como forma de compensar as perdas provenientes da inserção depende no mercado mundial. No plano da produção, Marini (2017) indica que se combinam o aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a diminuição do fundo de consumo dos trabalhadores, dada a expropriação de parte do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. Marini (2017, p. 334 – *grifos nossos*) afirma que “em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração [*da força*] do trabalho”.

Diferentemente dos países centrais nos quais a produção e consumo ocorrem internamente, ou seja, a produção também está organizada para satisfazer as demandas internas; a produção interna dos países dependentes é voltada para o mercado externo, para a exportação, diante disso sublinha Marini (2017, p. 337) “em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha”. Desse modo, a parte do trabalho necessário a reprodução da força de trabalho – os salários – são comprimidos de forma arbitrária, destituindo-os das condições mínimas de subsistência.

---

<sup>4</sup> Para Marini (2017, p. 229): Isso se deve ao fato de que a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia.

De acordo com Luce (2018, p. 135), a superexploração é:

(...) entendida como determinação negativa do valor contida na lei do valor, em que a corporeidade viva da força de trabalho é submetida a um desgaste prematuro; e/ou a reposição do seu desgaste acontece de tal maneira em que a subsistência viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor

A superexploração não pode ser confundida com as formas que antecederam o capital e a lei do valor, para Luce (2018, p. 137) “é principalmente a entrada em cena da lei do valor e a possibilidade de desvalorização real da força de trabalho, só que comparecendo, de maneira concomitante, sua tendência negativamente determinante”. Nesse sentido, com o surgimento do trabalho assalariado, a partir dos resultados das expropriações dos/as trabalhadores/as, *livres como pássaros*, podem ingressar no mercado de trabalho capitalista ofertando a mercadoria força de trabalho em troca de salários para sua subsistência. Diante da formação do exército industrial de reserva e das características da produção capitalista cresce a pressão sobre os salários;

Em uma primeira aproximação, a superexploração da força de trabalho de forma recorrente é reduzida a agudização da exploração, mas não podemos restringir o conteúdo dessa categoria nesses termos sumários. Recuperando os elementos identificados por Marini (2017, p. 331), “o desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-las”; nesse sentido, a superexploração da força de trabalho está ligada umbilicalmente ao desenvolvimento do MPC que viabilizou a formação de mecanismos que permitem que a acumulação burle a lei do valor. De acordo com Luce (2018, p. 155) a superexploração não sugere que a abolição da lei do valor, pois, conforme destaca o autor, “a lei do valor é simultaneamente a assunção e negação do valor. É simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e sua negação. É simultaneamente o pagamento da força de trabalho próxima de seu valor e o pagamento abaixo de seu valor”.

Segundo Osório (2009, p. 175-176):

A superexploração remete a uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho. E isso pode se dar, como vimos, de maneira direta sobre o seu valor diário, via apropriação de salários. Ou então, de maneira indireta via prolongamento da jornada ou intensificação do trabalho, que, ainda quando venham acompanhadas de aumentos salariais, acabam afetando o valor total da força de trabalho e, por intermédio disso, o seu valor diário.

Assim, a superexploração da força de trabalho constitui-se uma particularidade dos países dependentes, nos quais a lei do valor é violada/negada, segundo Osório (2009), resultando na

violação do valor diário e do valor total da força de trabalho, respectivamente, do fundo de consumo e o fundo de vida dos/as trabalhadores/as. Dessa forma, a acumulação nos países dependentes alimenta-se da superexploração da força do trabalho e, da consequente, desumanização dos/as trabalhadores/as.

Considerando os elementos já apresentados, no próximo item apresentaremos a relação entre o capitalismo dependente e a questão social no Brasil.

### **3. CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL**

Mesmo partilhando de um ponto de partida teórico comum – o marxismo, autores como Ianni (1989) e Netto (2001) esboçam concepções distintas sobre a gênese da questão social. Para Ianni (1989), a questão social emerge durante a vigência do trabalho escravo, ou seja, antecede o MPC, nesse período expressava-se na expropriação do produto do trabalho e da vida povos escravizados. De modo diverso, Netto (2001) afirma que a “questão social” está umbilicalmente ligada a gênese, produção e reprodução do MPC, assim, apesar de não estar presente na obra de Marx nessa nomenclatura, tal qual a conhecemos na atualidade, é a partir do método crítico dialético que Marx indica que suas expressões são imanentes ao capitalismo.

Para Netto (2001), a expressão “questão social” aparece na literatura no século XIX, foi utilizada por críticos da sociedade e filantropos de variados aspectos políticos, surge como um modo de referir-se ao fenômeno do pauperismo. Se nas sociedades anteriores a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez, no MPC, com desenvolvimento das forças produtivas, amplia-se as capacidades produtivas, mas à medida que ocorre o progresso econômico multiplica-se a pobreza.

Ianni (1989) sinaliza que a questão social é um elemento essencial para pensar a historiografia brasileira a partir do século XX. Durante as décadas de 1920–1940, no campo e nas cidades, essas últimas em expansão, os/as trabalhadores/as pressionaram pelo reconhecimento da questão social não apenas como caso de polícia, modelo no qual se orientava a intervenção estatal, mas como uma questão política e social. O eixo das demandas se articulava na sua compreensão como resultado da expansão do capitalismo e, diante disso, se orientava o fortalecimento dos movimentos sociais que reivindicavam a qualificação da intervenção do Estado.



Dada a expansão e diversificação da economia entre os anos de 1930–1950, marcada pela deflagração da industrialização conduzida com o apoio estatal e, posteriormente, fortalecida pelo incentivo financeiro dos capitais internacionais, o Estado passou a desenvolver uma intervenção sistemática na questão social – dadas as insuficiências da repressão e violência policial.

Ainda no século XX, em relação a atuação estatal no âmbito das relações econômicas, políticas e sociais no capitalismo dependente, Osório (2014) mapeia e caracteriza o Estado desenvolvimentista e o Estado contra insurgente. O primeiro direcionou parte dos investimentos públicos para os setores novos da economia, via incentivos aos capitais privados e por meio da abertura de empresas estatais, alinhado a isso, ampliou a oferta de empregos no âmbito estatal, ambas as medidas resultaram no aumento do consumo interno – o principal marco desse período é o governo de Juscelino Kubistchek.

O esgotamento do projeto de industrialização, segundo Osório (2014, p. 215), “marcou o esgotamento das possibilidades do capital latino-americano manter as amplas alianças de classes com os setores dominados”. A relação do Estado com os setores assalariados, sindicalmente organizados, modificou-se estruturalmente, pois, esses setores organizados e articulados politicamente com o conjunto dos movimentos sociais conseguiram realizar intensas mobilizações no decorrer dos anos 1960, reivindicando a ampliação dos direitos sociais – reverberando em alguns ganhos e melhorias nas suas condições de vida.

Nessa conjuntura, Osório (2014) evidencia que o Estado recorreu a doutrina da contrainsurgência, difundida por meio das escolas militares estadunidense – nas quais eram formados os altos e médios escalões das Forças Armadas da América Latina. O núcleo central dessa doutrina estava centrado na tentativa de associar as manifestações populares com uma “*ameaça comunista*” global, sob esse apelo ideológico foram deflagradas *guerras internas* comandadas pelas Forças Armadas, contra àqueles/as considerados/as *insurgentes*, na forma de ditaduras militares que se alastraram na região latino-americana.

Sem desprezar a importância do debate sobre as particularidades da redemocratização e seus impactos para a configuração da América Latina, é importante visualizarmos que a ruptura com as ditaduras militares, repressivas e sanguinárias, ocorreram nos limites do capitalismo. Em um contexto mundial de ascensão da ofensiva neoliberal, marcado pela difusão de premissas sobre a necessidade de abertura dos mercados nacionais, a desregulamentação e a privatização dos bens públicos.

Nos últimos decênios dos anos 1980, o neoliberalismo passa a orientar a economia brasileira. Sua adoção implicou no esvaziamento da autonomia nacional, ante a livre circulação de capitais, as privatizações e as contrarreformas das políticas sociais. Em concordância com as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países latino americanos, os governos incorporaram uma série de planos econômicos, dentre os quais se destaca o Plano Real, implementado em 1994, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Desse modo, a ofensiva neoliberal influenciou os rumos do orçamento público, pois, construiu-se uma configuração institucional a partir da qual as políticas sociais foram limitadas pela lógica do ajuste fiscal. O principal corolário desse processo foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000, que impôs a necessidade compulsória de garantia de superávits primários que devem ser direcionados ao pagamento do serviço da dívida pública. A LRF, tida como a regra de ouro, foi utilizada como justificativa para a adoção de uma série de mecanismo de ajuste fiscal que buscavam garantir a estabilidade fiscal (Behring, 2019)

A intervenção do Estado na questão social por meio das políticas sociais orientadas pelos ditames neoliberais passou por uma profunda inflexão, conforme evidenciado por Salvador (2017), Mendes (2012), Behring (2019), dentre outros. O resultado foram as contrarreformas das políticas sociais, embebidas pela seletividade e focalização, o desfinanciamento, a privatização e mercantilização dos direitos sociais.

Desse modo, conforme afirma Iammamoto (2001), nos marcos da ofensiva neoliberal é possível identificar (1) a transferência de responsabilidades governamentais para as “organizações sociais” e “organizações da sociedade civil”, e (2) a crescente mercadorização do atendimento às necessidades sociais.

A ofensiva neoconservadora que avançou a partir de 2016, tendo como marco o golpe institucional que depôs a presidenta Dilma Rousseff, implicou no desmonte de direitos dos/as trabalhadores/as – tendo como principais expressões a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e a previdenciária (Emenda Constitucional 103/2019). Além disso, durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) identifica-se o avanço do conservadorismo reacionário, que dirigiu uma ofensiva sobre os direitos de grupos historicamente discriminados, tal qual as mulheres, a população negra e a população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais e Não-Binários).

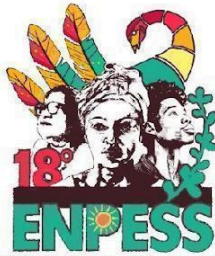
Nesse contexto, é possível destacar que a questão social no Brasil é balizada pela dinâmica de acumulação do capitalismo e a inserção dependente. Nessa tônica, a configuração do mercado de trabalho revela as desigualdades sociais que atinge as classes sociais. Numa conjuntura histórica em que a intervenção do Estado sobre as expressões da questão social tem como eixo orientador a orientação dos organismos financeiros internacionais.

Conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), uma análise da configuração do mercado de trabalho demonstra que no período 2016-2021 mais de 11% da população brasileira estavam no desemprego. Esse número foi reduzido em 2022, para 9,6%, diante do fim da pandemia de Sars-Covid-19 e das políticas voltadas ampliação dos empregos informais. Desse modo é possível notar que a taxa de ocupação se amplia em 2022, de 52,1 para 56% em relação ao ano anterior, alavancado pelo crescimento número dos/as trabalhadores/as sem carteira ou por conta própria.

Em relação ao rendimento médio da população ocupada, em 2022, os dados disponibilizados pelo IBGE (2023) revelam que as mulheres (R\$ 2.235) e a população preta ou parte (R\$ 1.994) têm níveis de remuneração inferiores aos dos homens (R\$ 2.838) e da população branca (R\$ 3.273). Além disso, o IBGE (2023), ainda aponta que as mulheres pretas ou pardas recebem em média R\$ 1.781 valor que corresponde a menos que a metade da média salarial dos homens brancos (que recebem em média R\$ 3.793). Esses elementos evidenciam a existência de desigualdades estruturais que repercutem por meio das expressões da questão social, especialmente a pobreza e a miséria que minam a vida de milhares de brasileiros/as.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos elementos apresentados no presente artigo, consideramos o estudo da questão social como um elemento fundamental para a apreensão da história, entendida enquanto um processo dialético e contraditório. Desse modo, na particularidade do capitalismo dependente a questão social é balizada pela acumulação dependente e a dinâmica da superexploração que repercute na configuração do mercado de trabalho, por meio do desemprego e das baixas remunerações que impõem limites a reprodução da classe trabalhadora - esses elementos conformam a violação do fundo de consumo e do fundo de vida dos/as trabalhadores/as.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 5. REFERÊNCIAS

BEHRING, E. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, E; BEHRING, E; LIMA, R. (Org): **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global editora, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001.

IANNI, O. A questão social. In: **Revista USP**, São Paulo: USP, set./out., 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI. A Dialética da dependência. In: **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador v. 9, n.3, 2017 (p. 325-356).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES, A. **Tempos turbulentos na saúde pública brasileira**. São Paulo: Hucitec editora, 2012.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº3, 2001.

OSÓRIO, J. Dependência e superexploração. IN: SADER, Emir. DOS SANTOS, Teotônio (Org.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Ed PUC/RIO e Boitempo, 2009

OSÓRIO, J. **O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: 2017. v. 130. p. 426-446.